



# Reflexões sobre alguns pontos para uma cultura viva

*Rafael dos Santos\**

---

**Resumo** – No presente texto, tem-se por objetivo analisar o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura a partir dos seus eixos norteadores. Analisam-se os itens mais relevantes desta política pública para a concretização dos direitos culturais da população brasileira, tais como cultura digital, produção cultural e sua dimensão educativa, reorientação das ações estatais na área, significado do programa e seu vínculo com a promoção dos direitos humanos e sociais. São oferecidos alguns instrumentais teóricos para se pensar a importância de se implementarem políticas públicas culturais no tempo-espaço do capitalismo global.

**Palavras-chave:** cultura; políticas públicas; cidadania; direitos culturais; inclusão.

---

O grande mérito do projeto Cultura Viva é permitir que expressões de natureza popular integrem as políticas públicas do setor, fato inédito e digno de aplauso. Já houve a preocupação em levar a arte produzida pelos setores já legitimados da sociedade para os grotões do país, como foi o caso dos saudosos projetos Mambembão, Mambembinho e Pixinguinha,<sup>1</sup> que Oxalá sejam retomados, pois tudo o que foi destruído no governo Collor é digno de ser retomado. Entretanto, valorizar a produção cultural dos excluídos é a grande dívida a ser resgatada pela atual equipe do Ministério da Cultura (MinC).

Note-se que não se trata de estimular apenas o surgimento de idéias, mas sim de proporcionar um meio de expressão de atividades que sempre existiram, mas que raramente puderam alcançar visibilidade fora dos guetos. Basta dar uma volta pela Baixada Fluminense para saber que o Cidade Negra é fruto de uma região que há muito tempo encontra no reggae uma de suas mais legítimas expressões de identidade, com bailes, lojas de disco, bandas, fã-clubes de Bob Marley, transitando entre o nacional e o global, mas sem deixar de valorizar expressões nacionais como o samba, o pagode, o rock Brasil e por aí vai. E o movimento hip-hop

---

\* Historiador. Doutor em Educação pela USP. Ex-Diretor e fundador do Grupo Cultural Afro-Reggae e ex-pesquisador do Fórum da Sociedade Civil das Américas. Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UERJ. E-mail: rafael1968@uol.com.br.



explodindo em todas as cidades brasileiras, com destaque para a periferia de São Paulo e sua garoa que, juntamente ao visual das Cohab's, compõe o universo poético dos Racionais MC's, Thaíde, Pavilhão Nove e os demais sobreviventes do pânico na Zona Sul? E os recifenses do movimento Mangue Beat? Interior, periferia, bairros pobres, favelas... Por todos os cantos os pobres demonstram a força de uma cultura de quem tem de reinventar a sua vida a cada dia, já que disso depende a sobrevivência, como bem nos ensinou o mestre Milton Santos (2002).

Assim, a abertura de canais de voz para as expressões artísticas das camadas excluídas e marginalizadas deve ser entendida como um projeto de ação afirmativa e os pontos de cultura devem ser entendidos como pólos irradiadores de espaços afirmados, de uma espécie de abolição para as culturas renegadas, apesar de serem as legítimas representantes de tudo aquilo que faz o nosso Brasil brasileiro, como já identificara o nosso Ari Barroso. Hermano Vianna (1995) desvendou como o nosso querido samba fez a transição de ritmo marginalizado da malta incivilizada [*sic*] para símbolo de brasilidade, bem como a sua importância para que fosse apresentado ao mundo algo que distinguisse o país no concerto das nações. Como o caldeirão antropofágico de Mário de Andrade já nos fez ver, não é possível entendermos o Brasil sem a sua circularidade cultural e, portanto, a participação das populações marginalizadas na construção da identidade nacional, como podemos observar em

Muniz Sodré (1983) quando este estuda o diálogo entre o conceito ocidental de cultura e sua pretensão a ser uma verdade universal, e a sedução que esta recebe por aqui das formas negro-brasileiras e indígenas, sem recair nos estereótipos de Gilberto Freyre em sua famosa obra *Casa Grande & Senzala*.

Outro ponto a se destacar é que há a possibilidade de se apoiar iniciativas culturais dos brasileiros emigrados mundo afora, tornando-se assim uma verdadeira política pública (como política de Estado). Ao ter esta possibilidade aberta, o Cultura Viva reconhece um fenômeno historicamente recente que é o fato de sermos exportadores de gente, quando sempre fomos receptores de povos de todos os quadrantes do planeta.<sup>2</sup> Respeitar a cidadania daqueles que daqui saíram, também significa operar com uma das facetas da globalização: o fluxo de gente ao redor da Terra e as implicações que isto traz para o conceito de cidadania, que por aqui ainda é um processo em construção com avanços e descaminhos ao longo do tempo, conforme observamos em José Murilo de Carvalho (2001). Mas não se deve encarar esta Diplomacia Cultural apenas como vantagens comerciais comparativas ou como apêndice de uma política externa com vias a se criar possibilidades contra-hegemônicas para o país, no contexto de um “*soft power*” nos moldes pensados por Joseph Nye Jr. (2002). Igualmente, espera-se que este aspecto seja mais uma parcela de ampliação da noção de cidadania, que nem sequer está para ser resgatada, posto que só se



resgata o que já se possuiu, mas sim para a construção de uma cidadania ampla, moderna e consistente, baseando-nos nas reflexões do Embaixador Estevão Chaves de Rezende Martins (2004). Sobre este aspecto, pode-se ainda pensar as trocas com outros povos de língua portuguesa, como política de reforço de nosso idioma, tendo como base as atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>3</sup> e, numa etapa posterior, ampliar a atuação para o Mercosul, dentro dos marcos estabelecidos pelo Itamaraty (Brasil, 1997), sabendo-se que, para tanto, será fundamental o suporte da iniciativa privada.

E por falar em globalização, deve-se ter em mente as categorias e reflexões do professor Milton Santos (2002, 2004) a respeito do seu impacto no território. Cada vez mais os territórios vêm recebendo comandos de ação fora de seus limites, como podemos observar nas crises de governabilidade nas regiões periféricas do mundo, ou ainda com o animismo com que se trata o *Deus ex machina*: Mercado. As externalidades da fúria globalizante precisam receber respostas a partir dos territórios, das internalidades contidas nos territórios onde se vive e se reinventa o cotidiano. Outra metáfora contida na obra de Milton Santos é a contradição entre as estruturas horizontais do território, com sua densidade histórico-social e econômica, contra os pontos verticalizantes de comando propiciados pelas redes informacionais e a velocidade das técnicas. O território e o seu horizonte possuem as rugas e complexidades

da existência concreta, e, por isto, a sua renovação demanda uma temporalidade de transformações mais lenta do que nos impõe a sanha mercadológica. Não se trata de frear as modificações, mas saber que a densidade cultural necessita uma dimensão espaço-temporal construída a partir dos lugares, para que se possa integrar soberanamente ao novo patamar histórico a que assistimos. Por detrás de uma equação técnica, esconde-se uma ideologia excludente, que só pode ser combatida se a técnica receber também uma outra equação: a da mediação política, historicizando o universo das técnicas. A unicidade da técnica transforma a percepção de um acontecer local em um acontecer global: uma convergência de momentos. Mas até que ponto isto não gera também uma alienação do controle sobre o espaço habitado? No momento histórico atual, a natureza não contém mais a sociedade, e sim a sociedade é quem contém a natureza. (Santos, 2005) Assim, cultura e meio-ambiente devem também caminhar juntos, para que não haja uma instrumentalização exarcebada da racionalidade ao se colocar sistemas de objetos e sistemas de ações nos espaços naturais. A natureza não é mais auto-referenciada e somente poderá ser referenciável pela história. Até para a sua proteção, a natureza se referencia pela ação humana, com a mais-valia alcançando o seu estágio atual. Devemos, portanto, formular alternativas construtivas para uma relação sustentável com os ambientes naturais, evitando-se a sua precificação ou privatização, ou



uma tecnociência daninha ao meio-ambiente, repleta de seus transgênicos e herbicidas. Logo, o Cultura Viva pode e deve estimular Pontos de Cultura voltados para uma nova mentalidade ecológica, ao mesmo tempo em que se busca um diálogo transversal entre natureza, cultura, técnica e economia, em que não haja mais espaço para práticas culturais sem consciência socioambiental como é o caso da Farra do Boi. Observando-se as transformações operadas no território brasileiro, a partir da segunda metade do século passado, podemos compreender melhor este fenômeno (Santos, 2001), com natureza e cultura se confundindo em diversos pontos. Portanto, que tal discutirmos a idéia de cultura a partir da categoria de território usado? Onde a história se mostra reveladora de um sentido para as pessoas? No caso brasileiro, o estudo da realidade nacional a partir da leitura do território é bem salutar para que se entenda a crise do país, as áreas concentradas, os efeitos dos fluxos migratórios, internos e externos, além do modelo brasileiro de inserção no capitalismo tardio. Este vínculo do território e a produção de sentido também pode ser compreendido a partir do conceito de políticas da vida em Anthony Giddens (2003). Todas e quaisquer políticas públicas devem levar em consideração a produção e reprodução de subjetividades dos grupos sociais, a sua qualidade de vida, bem como a garantia de um mínimo de condições para que esta produção de sentido se refaça e se redefina ao longo do tempo.

A territorialidade é um conceito fundamental para se combater a globalização de cunho neoliberal, abrindo espaço para uma outra globalização, mesmo quando se fala de patrimônio imaterial ou intangível, segundo a classificação de Geovanni Levi (2000) ou em Cecília Londres (2005). As manifestações podem até ser intangíveis, mas somente produzem sentido a partir dos lugares onde a sua referência alcança uma concretude ao influenciar modos de vida, sistemas de ações e organiza a forma como as pessoas vêm a si mesmas e ao mundo, segundo a dialética abstrato/concreto contido no clássico de Karel Kosik (1989), que acredito deve ser relido para uma compreensão menos deslumbrada do patrimônio imaterial, assim como também se deve retornar a leitura de Peter Berger e Thomas Luckmann (1994). Ainda um outro exemplo para se entender a importância do conceito de território inclusive para a dimensão não-concreta da cultura, observemos o quanto Muniz Sodré (1988) enfatiza a base territorial para que as manifestações de resistência da cultura negra pudessem ter resistido à escravidão, ao preconceito e à discriminação ao longo de nossa história. Tanto a concretude quanto o intangível não puderam prescindir do território para que formas de resistência contidas em religiões, costumes e hábitos se contrapusessem à dominação e contribuíssem para a conformação cultural nacional e das regiões, com festas, visões sobre a ecologia e a relação com a natureza, a música, entre tantos outros aspectos que



demandavam espaços para a sua ocorrência. Em Hermano Vianna (1992) também se pode observar o quanto a territorialidade é de capital importância para o acontecimento dos bailes funk no Rio de Janeiro. Uma territorialidade que resgate as preocupações de Aloísio Magalhães (1997) na década de 1970 no comando da Fundação Nacional Pró-Memória e assim podemos notar que a valorização da nossa diversidade cultural e o respeito às identidades múltiplas não é incompatível com uma política cultural articuladora de um projeto identitário nacional, fundamental para a resistência anti-globalização neoliberal. Trabalharmos o nacional sem xenofobismos e respeitando-se as multiplicidades do ser brasileiro pode ser uma das contribuições do Brasil ao mundo neste início de milênio. A cidadania só se constrói a partir dos espaços (Santos, 1996).

É de enorme pertinência a preocupação do MinC em inserir o uso das novas tecnologias nas atividades dos Pontos de Cultura. Todavia, cabe indagar de que forma a tecnologia será implementada, se é uma efetiva ferramenta de inclusão digital ou apenas mais um penduricalho, um mero artefato sem reflexão a respeito de sua finalidade. Com as modernas técnicas digitais podemos potencializar o trabalho cultural e aumentar as trocas entre produtores e usuários ao redor do mundo, criando, inclusive, novas linguagens culturais, dentro do que Sérgio Bairon (2000) convencionou chamar de Barroco Tecnológico, retomando o uso da linguagem matemática na produção artística,

em versão *high tech* do espírito Renascentista de entrelaçamento entre ciência e arte. Mas, também, pode-se tornar a tecnologia em um valor absoluto, esterilizando-se com isto a sua verdadeira vocação na área da telemática: potencializar a criação humana, ainda segundo Bairon (2002). Saber utilizar as tecnologias digitais de forma produtiva e inclusiva pode fazer com que o Cultura Viva contribua para que um número maior de brasileiros não só utilizem, mas sejam produtores de conteúdos em um mundo chamado por Milton Santos (1996) de Meio Técnico-Científico-Informacional.

E por falar em inclusão, que tal valorizarmos ações que permitam o acesso de portadores de necessidades especiais à cultura, seja como espectador, seja como produtor de conteúdos? Espaços afirmados também são aqueles que são projetados e adaptados para receber os mais diversos tipos de deficientes físicos. Abrir espaço para produções parecidas com o espetáculo *Via Sem Regras* da coreógrafa alemã Gerda Koenig, com dançarinos cadeirantes e não-cadeirantes, pode ser revolucionário desde que não se abra mão de uma dimensão estética autêntica.<sup>4</sup> Estabelecer estratégias inclusivas e universalistas deve ser um dos elementos norteadores de uma política cultural republicana, valorizando os pluralismos sem perder a dimensão do todo dentro de um Estado Nacional, que esvaziado só pode servir a uma lógica neoliberal de verticalização dos pontos de comando. Para uma inclusão universalista nos moldes do que



está contido neste parágrafo, podemos contar com os sistemas filosóficos de Jürgen Habermas (2002).

Valorizar práticas culturais articuladas com a escola pública pode ser benéfico para todos. Pessoas como eu, filho da escola pública desde as classes de alfabetização até o doutorado, sabem que, entre as aulas e o macarrão com salsicha da merenda escolar, muitas potencialidades ficam pulsando, ávidas para encontrar um canal de expressão, e podemos nos inspirar nas reflexões e estudos de Ana Mãe Barbosa (2002). Além do mais, pesquisas e relatos de experiências profissionais apontam para uma melhora do desempenho escolar e da

qualidade de vida quando há a articulação entre a escola e projetos culturais dentro da comunidade escolar.<sup>5</sup>

Incentivar práticas produzidas pelos povos indígenas, abrir espaços para a afirmação do gênero feminino, permitir que trabalhos de combate à intolerância em relação à orientação sexual ou outras formas correlatas de discriminação e preconceito podem tornar os Pontos de Cultura profundamente transformadores tanto das políticas públicas do setor, como de nossa sociedade. Que o Cultura Viva se transforme em uma política de Estado, envolvendo a sociedade, civil e política, para além dos governos de plantão, recriando-se sempre, como, aliás, é toda cultura que seja viva. Viva a cultura!

## Referências Bibliográficas

- BAIRON, Sérgio. *Psicanálise e história da cultura*. São Paulo: Mackenzie, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Interdisciplinaridade, educação, história da cultura e hipermídia*. São Paulo: Futura, 2001.
- BARBOSA, Ana Mãe. *Inquietações e mudanças no ensino da arte*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRASIL. *O Mercosul e a Integração Sul-Americana: mais do que economia – encontro de culturas*. Brasília: FUNAG, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro*. São Paulo: Loyola, 2002.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- LEVI, Geovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LONDRES, Cecília. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2005.
- LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais: cultura e poder*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2004.
- NYE JR., Joseph. *Soft power: the means to success in world politics*. New York/Cambridge: PublicAffairs, 2004.



- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Técnica-espaço-tempo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- \_\_\_\_\_ & SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.) *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O país distorcido*. São Paulo: PubliFolha, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: EdUSP, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EdUSP, 2005.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. (Org.) *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*. Brasília: IBRI, 2001.
- SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- VIANNA, Hermano. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

---

**Abstract** – *This text aims at analyzing the Culture Ministry's Live Culture Program as from its guiding axes. The major items of such public policy targeted at the materialization of the cultural rights of the Brazilian population are broken down. Among those, one can name digital culture, cultural production and its educational dimension, revision of state actions in the area, and the assessment of the program and its link to the promotion of human and social rights. Some theoretical tools are provided so that one can think of the importance of the implementation of public cultural policies in the time-space of global capitalism.*

**Keywords:** *culture; public policies; citizenship; cultural rights; inclusion.*

**Resumen** – *En este texto, se busca examinar el Programa Cultura Viva del Ministerio de la Cultura a partir de sus ejes cardinales. Se examinan los componentes más relevantes de esta política pública para la realización de los derechos culturales de la población brasileña, como cultura digital, producción cultural y su dimensión educativa, reorientación de las acciones estatales en el área, significado del programa y su vínculo con la promoción de los derechos humanos y sociales. Se aportan algunos instrumentos teóricos para plantearse la importancia de la instauración de políticas públicas culturales en el tiempo-espacio del capitalismo global.*

**Palabras-clave:** *cultura; políticas públicas; ciudadanía; derechos culturales; inclusión.*

---



## Notas

---

- <sup>1</sup> Nunca me esqueci das vezes em que pude assistir a entrega do Prêmio Mambembe na Escola Nacional do Circo. Era uma festa que dava orgulho de viver em um país com tamanha diversidade cultural e com uma riqueza de expressões que marcaram a trajetória daquele adolescente com os olhos devorando um mundo que se deslumbrava a sua frente
- <sup>2</sup> Não se está negando com isto que muitos para cá vieram compulsoriamente, e reivindico a minha condição de afro-descendente, nem se quer com isto desconsiderar os fluxos migratórios provenientes, sobretudo, do restante da América do Sul e de Países africanos de língua portuguesa.
- <sup>3</sup> Ver: Saraiva, 2001.
- <sup>4</sup> “Via Sem Regras foca tabus da sociedade: espetáculo da coreógrafa alemã Gerda Koenig trabalha com bailarinos portadores e não portadores de deficiência”. *Folha de S. Paulo*, 28/04/2005, p.E-4.
- <sup>5</sup> “A arte de educar”. *Folha de S. Paulo*, 26/04/2005, p.12-17.